

O lugar do espanhol no ensino médio: um estudo de caso em uma escola pública do DF

The place of the spanish in high school: a case study in a public school in DF

Ellen Cristine Santos LISBOA (UnB)¹

RESUMO: O espanhol conquistou seu espaço em 2005 por meio da Lei 11.161, porém em 2017, com a reforma curricular do ensino médio, prevista na Lei nº 13.415, foi retirado da oferta obrigatória, e isso acentuou sua desvalorização. Este trabalho, que resulta da minha pesquisa de conclusão de curso em andamento, busca aprofundar na discussão sobre o papel/lugar do espanhol no sistema de ensino público brasileiro e os imaginários que o atravessam nessa nova conjuntura linguística. Apoiados em autores como Lagares (2013), Calvet (2007), Celada (2002), Rodrigues (2012) e Carvalho (2014), buscamos refletir, sobre a relevância do espanhol no sistema educacional brasileiro e os efeitos das políticas linguísticas que intervêm e definem seus rumos. Objetivamos apresentar dados resultantes da aplicação de um questionário que teve o propósito de levantar as percepções e imaginários a respeito da língua espanhola de estudantes de uma escola pública de ensino médio do DF. Esperamos com esta pesquisa contribuir com problematizações e reflexões em torno do papel do espanhol na nossa sociedade e apontar que a sua desvalorização ensino ainda é uma realidade, face a relevância e o interesse por outras línguas.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística. Espanhol. Ensino Médio

INTRODUÇÃO

A língua inglesa tem ocupado sempre uma posição de prestígio na sociedade, fato que está relacionado com o poderio e a força econômica que caracterizam as nações que a têm como língua materna, já que não são línguas ou variedades as que têm prestígio, mas os grupos sociais que as falam. E é precisamente por um gesto político que o inglês tornou-se prioridade no âmbito educacional. Considerada como língua universal, necessária para pertencer ao mundo globalizado (SOUSA, 2007, p. 54), o inglês é visto como língua veicular, de negócios, associada sempre ao progresso. Ou seja, para muitos, nas suas escolhas profissionais, o inglês é considerado como uma opção mais vantajosa do que o espanhol.

No entanto, a importância da língua espanhola no Brasil é incontestável, ela envolve aspectos linguísticos, sociais e culturais, o que decorre do fato de o Brasil dividir fronteiras com vários países hispanofalantes do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Peru), com os quais mantem relações em diversos âmbitos. A aprovação da lei nº 11.161 (conhecida como *A Lei do espanhol*)

¹ Estudante de graduação em Letras Espanhol UnB ellencristinelisboa@gmail.com

em agosto de 2005 durante o governo do presidente Lula, responsável por determinar a oferta de ensino obrigatório do espanhol nas escolas de Ensino Médio, teve efeitos decisivos na língua, dentre eles pode destacar-se uma mudança na percepção do idioma por parte dos brasileiros bem como a conquista de um novo status, que outrora não existia. Porém durante o governo Temer, em 2017, essa lei foi revogada pela Medida Provisória nº 746 de 2016, que viria a se tornar a lei de nº 13.415², e que propôs a reformulação do currículo do Ensino Médio. A repercussão negativa de tal medida se deu por vários motivos, dentre eles, a perda do espaço conquistado pela língua espanhola na esfera educacional e sua consequente desvalorização, bem como a dos profissionais voltados para o seu ensino e pesquisa no país.

Levando em consideração o panorama apontado até aqui, considero necessário discutirmos a continuidade do ensino de espanhol gratuito e obrigatório no sistema público de ensino no Brasil. Para inserir-nos nessa discussão, nos propomos como objetivo geral, nesta pesquisa, indagar sobre o papel e a relevância da língua espanhola nas percepções e imaginários dos estudantes de uma escola pública de Ensino Médio do DF. Para a consecução desse grande objetivo, pretendemos, como objetivos específicos:

- Realizar um levantamento bibliográfico acerca de noções da área de Política Linguística relevantes para dar sustentação a este trabalho, bem como esboçar um panorama das políticas linguísticas referentes ao espanhol no Brasil;
- Indagar sobre os imaginários que atravessam a relação do brasileiro com a língua espanhola;
- Aplicar um questionário numa escola pública de Ensino Médio do DF com o intuito de conhecer as percepções e imaginários dos estudantes a respeito da língua espanhola.

Assim, as perguntas que nortearam a nossa pesquisa foram as seguintes:

- Que lugar ocupa a língua espanhola no sistema de ensino brasileiro em decorrência de políticas linguísticas?

² Disponível para consulta em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm:>

- Que imaginários permeiam a relação do brasileiro com a língua espanhola?
- Quais percepções e imaginários têm os estudantes de uma escola pública de Ensino Médio do DF a respeito da língua espanhola e seu papel na sua formação?

O que procuramos com este estudo é inserir-nos nas discussões de linguistas e linguistas aplicados em torno das políticas linguísticas que pensam e definem os rumos da língua espanhola no Brasil, especificamente no Ensino Médio, e contribuir com problematizações e reflexões em torno do papel da língua espanhola na nossa sociedade. Esperamos investigar sobre o papel que essa língua ocupa e se a desvalorização que tem acompanhado seu percurso no Brasil ainda permanece.

POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S)

A língua está sempre afetada pelo político e como nos afirma Carvalho (2014, p. 33) a escolha pelo ensino de uma língua é influenciada por fatores econômicos e sociais. A política linguística, surgida na segunda metade do século XX, seria, na opinião de Oliveira (2007, p.7 apud CARVALHO, 2014, p.40), tudo o que diz respeito às escolhas sociais pelas quais passa uma língua para cumprir determinados objetivos, de maneira que define também seu status e sua organização.

A política linguística, portanto, se trata das escolhas pelas quais passam as línguas socialmente e que inferem no seu destino. Mas para que ocorra de fato a efetivação dessas políticas é necessário que haja também o planejamento linguístico. O planejamento linguístico diz respeito às ações que colocam em prática as políticas linguísticas e que devido ao seu caráter público são “empreendidas especialmente pelo poder institucionalizado do Estado” (2014, p. 6). Essa distinção entre política e planejamento, abordada por autores como Calvet (2007), é importante se pensarmos que não pode existir política linguística sem implementação, sem a concretização das ações, ou seja, sem o planejamento linguístico. Compreendemos que algumas vezes as diversas políticas linguísticas previstas em lei podem não ser cumpridas plenamente na prática, pois é necessário que além das decisões, haja a garantia de seu cumprimento por parte do poder público.

Os valores atribuídos a cada língua são subjetivos e para entender os conflitos que envolvem as políticas linguísticas é necessário compreender as relações de

poder existentes e quem são os atores sociais envolvidos nesse processo. Para elucidar o que estamos tratando, existe o conceito de diglossia definido por Calvet (2007, p. 33), essa noção marca o conflito entre duas línguas que ocupam diferentes posições de poder e conseqüentemente diferentes funções em uma sociedade.

No caso do âmbito educacional, o ensino de línguas muito além de critérios linguísticos, está determinado por fatores econômicos e relações de poder. Oliveira (2010, p. 21, 23) afirma que as políticas linguísticas são formuladas levando em conta o lugar que ocupa uma língua no mercado, ou seja, sua rentabilidade. Essa concepção de língua enquanto mercadoria está diretamente relacionado ao capitalismo, sistema de produção em que a comunicação ocupa papel muito importante. Para entender as relações aqui apresentadas é fundamental pensar em como o emprego de determinadas línguas está afetado por questões de poder.

Os valores atribuídos a cada língua são subjetivos e, por isso, ideologicamente determinados. O prestígio de uma língua, como já foi apontado antes neste trabalho, não está nela mesma, mas no grupo social que a utiliza, já que os bens culturais das classes dominantes se sobrepõem e dessa maneira se excluem e se negam as línguas, de grupos que socialmente tem menos prestígio, integrar posições e funções significativas. Para compreendermos melhor a dinâmica dos espaços e posições ocupados pelas línguas bem como as relações entre elas, trazemos o esquema de Abraam de Swaan, citado por Lagares. Nele o autor apresenta as línguas como se estivessem orbitando num sistema gravitacional:

Nessa galáxia, o inglês, ocupando o centro da constelação, seria a língua hipercentral, existiria uma dezena de línguas supercentrais (árabe, russo, suaíli, francês, hindi, espanhol, português, chinês...), uma ou duas centenas de línguas centrais (wolof, bambara, quáchua, checo, armênio...) e por volta de quatro ou cinco mil línguas periféricas. (LAGARES, 2013, p. 386)

Com isso, apesar da influência de fatores históricos, a supremacia do inglês mundialmente está relacionada “principalmente ao fato de outros países se situarem na sua órbita” (LAGARES, 2013, p. 389), mantendo certa dependência dele para se comunicar internacionalmente. Outro motivo pode-se atribuir ao extenso interesse de consumo aos bens materiais produzidos nessa língua, tida como língua de progresso, riqueza e inovação.

Resultado da relação dos brasileiros com a língua inglesa formou-se determinados imaginários que dizem respeito ao fato dessa língua estar sempre

associada ao mundo dos negócios e o sucesso ser dependente de dominá-la. Sousa (2007, p. 51) diz, que o inglês enquanto língua veicular garante o acesso ao mundo globalizado, levando em consideração que:

Se refere à inclusão em um mundo que convoca o sujeito a ocupar uma posição de prestígio (cujo grau mais alto é a do executivo). E, de fato, ao se apresentar como um passaporte para o mundo dos negócios guarda/oferece uma espécie de garantia para quem a 'possui'.

Para Barcelos e Zolin-Vesz (2014, p.42) “toda prática educacional é intrinsecamente político-ideológica” e dessa forma “não há como educar sem fazer opção por intenções e valores”. As crenças estão relacionadas às condições de poder de uma sociedade e ao discurso ideológico presente nela, que se associam tanto ao uso das línguas como à forma com que são ensinadas. Dessa maneira, de acordo com a ideologia defendida pode-se exaltar determinadas línguas e excluir outras e isso determina as escolhas relacionadas às línguas e o valor a elas atribuído.

O LUGAR DO ESPANHOL NO ENSINO BRASILEIRO

No apontado por Celada (2002, p.7) apesar da presença de línguas estrangeiras desde a criação Colégio Pedro II em 1837, o espanhol entra no ensino brasileiro (no curso clássico e científico do ensino secundário) somente em 1942 a partir da Reforma Capanema, justificando a oferta obrigatória dessa língua na escola para integração com os países da América do Sul. Entretanto com uma carga horária inferior as demais línguas estrangeiras, o que revela a falta de valorização dessa língua.

A partir da LDB de 1961 há “uma ruptura nessa memória discursiva” (RODRIGUES, 2012, p.24), pois as línguas estrangeiras não são mais mencionadas e ocorre, portanto, o que Rodrigues (2010 apud RODRIGUES 2012, p.24) chama de “desoficialização” das disciplinas de língua estrangeira nos currículos, que seria o seu apagamento. Esse processo faz com que as disciplinas de línguas estrangeiras sejam percebidas desassociadas dos conteúdos necessários para a formação e vista como extracurriculares, contribuindo para uma visão da língua como instrumento, perdendo o seu valor educativo e também para a falta de valorização dessa disciplina nas escolas. O que ocorre segundo Rodrigues (2012, p.28) é que

há no imaginário das pessoas em geral que não se aprende língua estrangeira na escola e apenas fora dela, em instituições privadas.

Na LDB seguinte (1971) a indeterminação segue, pois apesar do termo *línguas estrangeiras* ser mencionado, não há especificação alguma sobre as línguas. Já na apresentada em 1976 apesar de que se determina o ensino de línguas, se reduzem ao inglês e ao francês. Assim na LDB de 1996 passa a ser obrigatório no Ensino Médio o ensino de “uma língua estrangeira moderna” (BRASIL, 1996 apud RODRIGUES, 2012, p. 27). Portanto, a partir das determinações propostas, é possível afirmar que é o Estado quem controla que língua será ensinada na escola e muitas vezes esse Estado tenta se ausentar da sua obrigação em promover o ensino de línguas, o que contribui ainda mais para sua desvalorização. Entretanto é válido reconhecer a contribuição da LDB de 1996 para o ensino de língua estrangeira, e, sobretudo, o espanhol que teve possibilitado seu crescimento.

Ao tempo que o inglês era uma língua veicular com função relacionada diretamente ao caráter econômico, que era a necessidade de preparação para o mundo de trabalho, a língua espanhola sempre teve função referencial. Como é de conhecimento comum “hoje, no Brasil e no mundo, ainda vigora a hegemonia da língua inglesa” e que influencia, dentre tantos aspectos na formação dos indivíduos, a construção da perspectiva pela qual eles percebem o mundo (LESSA, 2013, p. 19). Apesar de que nos Planos Curriculares Nacionais (PCNs) se defende que devem ser oferecidas outras possibilidades de língua aos alunos além do inglês, para Jantuta (2010, p.23) no contexto da nossa sociedade, os latino-americanos “excluem a língua do outro e incluem o Inglês como ‘língua franca’, mesmo que uma pessoa em particular não a fale”.

A partir dos anos 90 há um crescimento da demanda de ensino e do mercado referente a essa língua motivado, sobretudo por questões políticas e econômicas, a partir da criação do bloco Mercosul, do qual o Brasil faz parte juntamente com países de língua espanhola como Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Assim a língua espanhola ganha atenção e espaço no cenário internacional, político e educacional brasileiro devido à necessidade de integração regional. Isso se deve entre tantos fatores, à inserção do espanhol em grupos sociais prestigiados, por exemplo, o crescimento econômico da Espanha e a ascensão da língua espanhola

nos Estados Unidos (CELADA, 2002, p. 96). Durante a história do Brasil houve várias tentativas de inserir o espanhol nos espaços educacionais, embora apesar de reconhecer a falta de importância que vinha sendo atribuída ao espanhol, estivessem mais relacionadas a fatores políticos ligados aos países da América Latina do que a questões educacionais, que se preocupassem com a formação dos indivíduos. Porém a única que gerou efeitos foi a aprovação da Lei nº11.161, conhecida como *A lei do espanhol*, em agosto de 2005 durante o governo Lula, que tornou obrigatório o ensino de espanhol no Ensino Médio brasileiro e fez da língua espanhola a única a ter legislação própria, contribuindo substancialmente para ressignificar os sentidos sobre o papel que ocupa o espanhol na sociedade. Esse novo cenário “exige uma reflexão acerca do lugar que essa língua pode e deve ocupar no processo educativo (...) sobre a maneira possível de trabalhá-la com o máximo de qualidade e o menor índice de reducionismo” (OCEM, 2006, p.128).

Além das bases legais, há ainda a presença de documentos oficiais que norteiam o ensino. Um deles é o Plano Curricular Nacional que a respeito das Línguas estrangeiras, destaca igualmente a importância do inglês e do espanhol para a vida profissional. Complementar ao Plano Curricular Nacional do Ensino Médio (PCNEM), temos as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio, o ensino de línguas estrangeiras nesse documento é associado à formação de cidadania dos alunos, pois a partir do contato com o outro, com as diferenças, longe de preconceitos e estereótipos, o aluno é capaz de reconhecer a diversidade e sua própria identidade. O espanhol, portanto no ensino, além de permitir as relações interculturais, teria a função de formar cidadãos ativos e capazes de refletir criticamente sobre a sociedade que os cerca.

No Distrito Federal, segundo Rodrigues (2010, p. 56) desde o ano de 1890 já há a presença de uma língua estrangeira no ensino primário. Porém a partir de um estudo realizado por Carvalho (2014) se constata que muitas escolas públicas restringem o ensino da língua espanhola ao aspecto formal sem levar em consideração a função social e o aspecto cultural que se relacionam a ela e ainda consideram o inglês mais necessário, impossibilitando o aprofundamento da língua espanhola. Dessa forma “vê-se que as necessidades dos alunos brasileiros estão sendo desrespeitadas em nome de interesses de ordem econômica e política” (CARVALHO, 2014, p.151).

Durante o governo Temer houve uma ruptura da situação vivenciada pela língua espanhola com efeitos presentes e futuros na formação dos estudantes no ensino médio e na vida profissional de professores e pesquisadores. No ano de 2016 foi aprovada a Medida Provisória nº 746, que viria a se converter posteriormente na Lei nº 13.415 e que modificou a organização do Ensino Médio, dentre as mudanças estava a exclusão da oferta obrigatória do espanhol, mantendo como disciplinas obrigatórias somente matemática, português e inglês. Não há como desconsiderar que dada a pluralidade de línguas existente, restringir o acesso a elas afeta a formação integral dos alunos, enquanto cidadãos.

Porém frente a essa medida, como maneira de resistência surge o movimento #FicaEspanhol, organizado por alunos, professores e defensores do ensino de língua espanhola do Rio Grande do Sul e posteriormente adotado por outros estados brasileiros. São promovidas aulas públicas, além de atos e manifestações, inclusive nas redes sociais por meio de páginas no *Facebook* e *Twitter*, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da língua espanhola e evitar a sua exclusão das escolas públicas brasileiras. Graças a esse movimento, em 2018, no Rio Grande do Sul, foi aprovada uma emenda constitucional que garante a oferta do espanhol e outros estados têm conseguido garantir sua permanência, como a Paraíba.

OS IMAGINÁRIOS

As políticas que legislam sobre as línguas estão sujeitas a imaginários, de modo que elas próprias são influenciadas por eles e ao mesmo tempo criam e/ou reafirmam imaginários já existentes. Uma das condições do processo de construir sentidos é através do imaginário, pelo qual se produzem imagens tanto dos sujeitos quanto dos objetos de discurso, num dado contexto sócio-histórico.

O ensino de espanhol estaria relacionado, sobretudo, à integração latino-americana, porém essa região tem sido sempre definida em termos de pobreza e de estereótipos, o que tem contribuído com a imagem desprestigiada que caracteriza para muitos brasileiros a América Latina e as línguas que ali se falam, o que não deixa de ser contraditório, tendo em vista que o Brasil pertence a esse território. Ainda há o fato de o termo *latino* ser muitas vezes associado a “um lugar de atraso e do fracasso histórico (...) uma realidade construída como negativa, atrasada,

inadequada” (LIMA, 2013, p. 36 apud LESSA, 2004, p.156), suas culturas tidas como inferiores ao padrão europeu ou norte-americano. Esses fatores tornam a língua desses países, também sinônimo de algo negativo e de pouco valor e provoca falta de interesse de sua aprendizagem.

Outro imaginário a respeito do espanhol no Brasil, como diz Celada (2002, p. 31, 36,37) é de que:

O brasileiro freqüentemente se posicionou diante da língua espanhola: "Estudar espanhol?! Precisa mesmo?" Interpretaremos tal enunciado como um sintoma da relação que esse sujeito estabeleceu com essa língua historicamente. Durante muito tempo ela ocupou o lugar de uma língua que, por ser "muito próxima" do português, era fácil, sendo seu estudo não necessário. Nesse sentido, o imaginário através do qual o brasileiro se relacionou com essa língua pode ser representado por meio da seguinte seqüência: "espanhol -língua parecida - língua fácil.

Dada a semelhança entre o espanhol e o português com uma correspondência de 90% das palavras dessas línguas, assume-se a ideia de que para dominar uma língua basta conhecer o vocabulário, o que leva o indivíduo a crer que pode se apropriar dessa outra língua de maneira espontânea “a proximidade, portanto, possibilitaria uma "ilusão de competência sobre a outra língua” (CELADA, 2002, p.41). É necessário entender “*la justa medida de una cercanía*” (KULIKOWSKI & GONZÁLEZ, 1999 apud OCEM, BRASIL, 2006), a proximidade entre as duas línguas causou, ainda segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio, o surgimento de estereótipos e visões reducionistas sobre a língua espanhola e a falsa crença de que não é necessário muito esforço para aprendê-la, sendo necessário apenas conhecer as palavras que diferem entre as duas línguas, sem que se reconheça a complexidade em que se constitui as diferenças entre elas, linguísticas e culturais.

O preconceito com o espanhol reflete negativamente no interesse dos alunos de estudar essa língua, pois “convencidos da falsa irrelevância em estudar a língua espanhola, optam pela língua inglesa ou outro idioma oferecido no currículo escolar” (CASANATO; DALINGHAUS, 2014, p.156). Somente a partir do momento em que se vê que apesar das semelhanças entre as duas línguas, se confrontam duas identidades distintas, o que torna o espanhol uma língua “singularmente estrangeira para esse sujeito brasileiro”, se assume a posição de reconhecer que o espanhol é “uma língua difícil, muito mais do que parecia”, (CELADA, 2002, 179, 188). Dessa

forma, a inespecificidade da legislação já citada, associada a esses imaginários, resultaram em um cenário propício para que o inglês vicejasse no país.

METODOLOGIA

Levando em consideração que o estudante do ensino médio já tem uma relação com as línguas estrangeiras, principalmente com o inglês e o espanhol, que são disciplinas ofertadas no currículo, decidimos aplicar um questionário buscando compreender essa relação e os imaginários/percepções que a atravessam, e se a reforma do Ensino Médio, com a proposta de exclusão da língua espanhola do currículo, teve efeitos nessa relação.

Essa pesquisa é de natureza qualitativa interpretativista, já que temos como objetivo observar e analisar os imaginários/percepções de estudantes de ensino médio a respeito de um objeto específico – a língua espanhola. A pesquisa qualitativa se trata de um gênero de pesquisas que “usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o significado do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem” (LAVILLE, C. & DIONNE, J., 1999, p. 28). E caráter etnográfico aplicado ao âmbito da educação, que tem por objetivo “compreender e interpretar os fenômenos educacionais que acontecem nesse contexto” (WOODS, 1987). Com o questionário como instrumento de pesquisa, tentamos nos aproximar à realidade social dos alunos e compreender os sentidos. Depois de explicitados os pressupostos metodológicos dessa pesquisa, falaremos do contexto em que ela se desenvolveu.

A pesquisa foi desenvolvida em uma sala de aula de uma escola pública de Ensino Médio na cidade de Ceilândia no Distrito Federal, realizada no segundo semestre de 2019, especificamente no horário de 14:00 às 14:20. A escola em questão foi fundada em 1979, atendendo moradores da Ceilândia, mais precisamente da Guariroba, mas que recebe alunos de inúmeras localidades de Brasília e região. Atualmente atende os níveis de Ensino Médio regular, Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Educação especial, com mais de 1.600 alunos matriculados nos períodos matutino, vespertino e noturno

Os participantes foram 29 estudantes, todos cursando a 2^o série do Ensino Médio, cuja faixa etária varia entre 16 e 18 anos. A realização da pesquisa se deu com essa turma específica dentre todas as outras existentes, pois foi a disponibilização que a instituição pôde oferecer.

Para atender aos objetivos pretendidos nesse trabalho o instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi um questionário, ciente de que essa escolha precisa de cuidado e reflexão por parte do pesquisador. O questionário se caracteriza como:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. (GIL, 2008, p. 121)

O questionário aplicado continha sete perguntas abertas e fechadas e foi elaborado visando levantar informações sobre o perfil dos participantes e sobre o tema específico desta pesquisa. As perguntas foram constituídas seguindo uma determinada lógica e com uma linguagem objetiva e clara a fim de se evitar ambiguidades e por outro lado teve-se em conta que não induzissem as respostas. Este questionário foi acompanhado de um termo de consentimento livre e esclarecido aplicado anteriormente ao questionário, tal termo tem por objetivo resguardar a identidade dos participantes e ratifica o meu comprometimento com essa proteção. A seguir apresento as perguntas do questionário na íntegra:

- 1) Neste momento, você estuda alguma língua estrangeira na escola? Qual?
- 2) Se você tivesse a opção de escolher uma língua estrangeira para aprender, qual você escolheria? Por quê?
- 3) Você já teve algum tipo de contato com a língua espanhola? Comente um pouco sobre isso.
- 4) Alguma dessas duas línguas (inglês/espanhol) te parece mais necessária/importante do que a outra? Justifique.
- 5) Em 2017 o espanhol deixou de ser disciplina de oferta obrigatória no currículo do Ensino Médio, e essa medida passará a ter vigência a partir do ano 2020. Qual a sua opinião sobre isso? Essa alteração é relevante para você de alguma forma?
- 6) A exclusão do espanhol da grade como disciplina de oferta obrigatória influenciou na sua percepção da língua espanhola, no que você pensa sobre ela? Justifique.
- 7) Marque na escala abaixo conforme o que você considera. O 1 é pouco importante e o 5 muito importante.

	Pouco importante					Muito importante	
	1	2	3	4	5		
Essa língua para o mercado de trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Inglês	

	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Espanhol
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outras línguas
Na sua formação.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Inglês
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Espanhol
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outras línguas
Interesse pessoal em aprender.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Inglês
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Espanhol
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outras línguas
Necessidade de oferta na escola.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Inglês
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Espanhol
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outras línguas
Relevância geral.	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Inglês
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Espanhol
	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Outras línguas

ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados obtidos por meio do questionário foi articulada a uma análise dos documentos que legislam o ensino de línguas espanhol no âmbito educacional, dialogando com os pressupostos teóricos da área de política linguística, que me permitiu compreender, além da presença do espanhol no ensino, o papel que essa língua desempenha.

Dos 29 participantes envolvidos na pesquisa, os 29 responderam o questionário que tinha informações, sobre o perfil e sobre questões relativas ao interesse dessa pesquisa. Lembramos que as identidades serão protegidas sob os pseudônimos que eles escolheram e que será mantida a grafia original das respostas.

Ao responder as perguntas referentes a possibilidade de escolha dos alunos por uma língua estrangeira e sobre o nível de importância que eles atribuíam ao inglês e ao espanhol, a maioria dos alunos optou pelo inglês como língua a ser estudada, a qual foi atribuída também a maior importância, sobretudo por ser uma língua universal e necessária para o mercado de trabalho e nos poucos casos em que se optou pelo espanhol é por sua facilidade/proximidade com o português ou ainda para a realização de provas como o PAS e o ENEM. Como se pode ver nos seguintes recortes:

“Sim, inglês. Hoje acho mais necessário o inglês pois é a língua mais cobrada no mercado de trabalho. Além de ser a língua referência no mundo” (Jacinto)

“O inglês é mais importante pois é uma língua universal onde a maioria dos países sabem falar” (Diogo)

“Sim, o inglês pois ele tem maior relevância no mercado de trabalho.” (Miranha)

“Sim, é interessante e bem parecido com o português” (Miguel)

“Errado pois nem todo mundo prefere o Inglês, muitas pessoas tem a preferência pelo Espanhol e isso pode acabar nos prejudicando também no PAS ou no ENEM” (Maria)

Cabe retomar aqui as reflexões a respeito dos imaginários que se constituíram na relação do brasileiro com a língua espanhola, sendo o principal deles, o de espanhol como língua fácil e desnecessária, já que:

O efeito de proximidade dado pela específica relação entre as materialidades das duas línguas de origem latina - espanhol e português do Brasil - contribuiu a produzir um ‘efeito de transparência’ que se associou ao referido menosprezo da necessidade de submeter-se ao estudo da língua espanhola (CELADA, 2002, p.32).

63

Podemos compreender também a relação que a língua inglesa vem estabelecendo como língua veicular e profissional, como forma de acesso e garantia de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Para Sousa (2007, p.51) “a enumeração dessas imagens, idealizadas, culmina na imagem da LI como língua de negócios, vinculada por sua vez à idealização máxima, no mundo do trabalho, da figura do executivo” e que se vincula também a uma posição de prestígio e de necessidade, sendo a língua que permite a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, sem a qual se considera que não seria possível alcançar êxito no mercado de trabalho. Entretanto é necessário atentar-se ao que aporta a OCEM (2006, p.119) a respeito dos objetivos educacionais propostos, ao defender que “o de ensino de Línguas Estrangeiras para o nível médio não deve restringir-se ao mercado, lembrando seu caráter educativo, de formação de alunos (indivíduos, cidadãos)”.

Por outro lado alguns alunos destacaram a importância do espanhol e da sua oferta na escola pública por ser objeto de conhecimento e de forma gratuita, além do fato de o Brasil fazer fronteira com países que têm a língua espanhola como oficial:

“Muito errado tirar, além de uma língua importante mundialmente também é um direito que nos pertence.” (Altagracia)

“Bom na minha opinião o espanhol deveria continuar sendo obrigatório nas escolas, pois os países que fazemos fronteira a maioria tem o espanhol como língua, então é bem importante pra gente ter essa comunicação, fora que estamos aprendendo outra cultura, ter conhecimento é sempre bom” (Mariana)

“Acho uma decisão completamente errada, porque mesmo que não seja língua referência no mundo nem no mercado de trabalho a língua espanhola vem crescendo e ganhando relevância aos poucos” (Jacinto)

Já nas perguntas que se referiam mais especificamente a exclusão do espanhol do currículo e o impacto disso nas percepções dos alunos, as respostas

variaram entre a falta de conhecimento dessa exclusão por parte dos alunos, que demonstra o desconhecimento por parte destes sobre a reforma do Ensino Médio e suas consequências e também a afirmação de que isso afetaria sim o status e a visão sobre a língua. Embora alguns alunos considerem que a alteração é indiferente, pois o ensino de espanhol na escola pública é bastante deficiente:

“Só parece que ela está sendo desvalorizada nas escolas e focando só no inglês” (Gabriela)

“Influenciou no meu pensamento. Por ter sido excluída, dá a impressão que é uma língua desnecessária.” (Miranha)

“Por mim tanto faz, todos os anos eles explicam a mesma coisa em espanhol, eles não dão continuidade só repete.” (Gabriela)

Podemos identificar a partir dessa visão, a evidente discrepância entre os objetivos dos documentos educacionais e o que ocorre de fato, na prática. Pretensões que de acordo com o que evidencia esses alunos não tem ocorrido, pois eles não enxergam que de fato o ensino de língua espanhola, realizado de maneira superficial, tenha desempenhado algum papel na sua formação. Na última pergunta as respostas foram diversas, porém demonstrou-se que de fato, para a maioria, a língua espanhola, assim como as outras línguas, apresenta importância inferior ao inglês em quase todos os quesitos, principalmente nos referentes ao mercado de trabalho e relevância geral. O espanhol considerado mais importante no interesse pessoal e na formação, e em poucos casos na oferta escolar.

CONCLUSÕES PARCIAIS

A partir da análise das respostas a algumas perguntas do questionário, é possível perceber que de fato o inglês predomina no interesse de aprendizagem dos alunos por ser uma língua universal, falada em toda parte e indispensável para a inserção no mercado de trabalho (pelo menos tem sido esta a imagem construída em torno a essa língua). Enquanto o espanhol constitui objeto de interesse por ser uma língua bonita, fácil, parecida ao português ou necessária enquanto objeto de avaliação em provas como o PAS e o ENEM.

Apesar disso, a exclusão do espanhol como disciplina de oferta obrigatória no ensino médio contribui para acentuar ainda mais sua desvalorização, como apontado pelos alunos o que ocasiona, a nosso ver, um retrocesso em relação ao espaço conquistado por essa língua em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm >. Acesso em: 21 out. 2019

_____. **Decreto-lei nº 13.415, de.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art22>. Acesso em: 21 out. 2019

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, 2006.

_____. **Parâmetros nacionais curriculares**, 2000.

CASANATO, M; DALINGHAUS, I. **Uma reflexão sobre a implementação da língua espanhola em escolas de Mato Grosso do Sul.** *Revista Primeira Escrita*, Aquidauana, n. 1, p. 152-164, nov. 2014.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola editorial, IPOL, 2007, p.1-164.

CELADA, Maria Teresa. **O espanhol para o brasileiro uma língua singularmente estrangeira.** 2002. Dissertação (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

LAGARES, Xoán Carlos. **O espaço político da língua espanhola no mundo.** UFF, Rio de Janeiro (RJ). Campinas, nº 52.2, p. 385-408, jul./dez. 2013.

CARVALHO, Juliana. **Contrastes e reflexões sobre o ensino de espanhol em escolas públicas do DF: uma visão real acerca da implantação da Lei 11.161/2005.** 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, Gilvan. **O lugar das línguas : A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia.** *Revista Synergies Brésil* nº especial 1, p. 21-30, 2010.

RODRIGUES, Fernanda. **Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino do espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro.** 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo

SOUSA, G.N. **Entre línguas de negócio e de cultura. Sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola.** 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola) - Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo, São Paulo

TORQUATO, Cloris. **Políticas linguísticas, linguagem e interação social.** *Revista Escrita* n.11, Rio de Janeiro, p. 1-29, 2010.

LESSA, G. S. M. Memórias e identidades latino-americanas invisíveis e silenciadas no ensino-aprendizagem de espanhol e o papel político do professor. In: ZOLIN_VESZ, F. (Org.). **A (In)Visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol.** Vol. 24. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p.17-27.

ZOLIN-VESZ, F. A Espanha como único lugar em que se fala a língua espanhola – a quem interessa essa crença?. In: _____. (Org.). **A (In)Visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol**. V. 24. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p.51-62.